

Santillo: ainda existem distorções no Fundefe

07 OUT 1979

JORNAL DE BRASÍLIA

As quatro emendas que o senador Henrique Santillo (MDB-GO) apresentou à Comissão Mista que aprecia o projeto de orçamento do Distrito Federal no Senado, para o exercício de 1980, propõem maiores benefícios para os municípios da região geoeconômica do DF, através dos recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe).

Para Santillo, está havendo distorções dos objetivos do Fundefe, por observar que de um bilhão e duzentos e treze milhões de cruzeiros previstos para 1980, apenas quarenta milhões e quatrocentos e sessenta mil estão parcialmente destinados à região geoeconômica, enquanto que pará obras do Estádio Presidente Médici estão reservados sessenta milhões e, para trabalhos de reforma do Palácio do Buriti, mais vinte milhões de cruzeiros.

ASEMENDAS

Dos vinte e quatro itens que contém o Fundefe para o próximo ano, quatro deles são objeto de reparos nas emendas de Santillo, os itens 11, 12, 13 e 15.

O item 11 refere-se a vinte milhões de cruzeiros destinados a

execução de obras de adaptação e reforma do Palácio do Buriti. O item 12 à execução de obras no conjunto desportivo Presidente Médici. Dez milhões estão reservados no item 13 para construção, reforma, escrituras, registros e respectivos bens móveis de residências funcionais. No item 15, para reequipamento dos órgãos da Secretaria de Finanças, o Fundefe prevê quatorze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta cruzeiros.

Na primeira emenda, Henrique Santillo sugere a transferência de 23 milhões de cruzeiros, dos sessenta previstos para as obras do conjunto desportivo Presidente Médici, para a implantação de galerias de águas pluviais, esgotos e pavimentação de vias urbanas no Distrito de Santo Antonio do Descoberto; ampliação da rede de energia elétrica e na construção de centros sociais rurais, sob jurisdição da prefeitura de Luziânia, absorvendo 17 milhões.

A segunda emenda visa ainda os sessenta milhões previstos para o conjunto desportivo Presidente Médici, com a transferência de mais dez milhões para a prefeitura

municipal de Planaltina de Goiás para serviços de pavimentação da rodovia DF-015, trecho Planaltina de Goiás, rodovia BR-010. Cinco milhões seriam reduzidos dos dez do item 13 para a construção de estradas vicinais, em Formosa.

Na terceira, o emedebista goiano propõe que dez milhões, dos vinte destinados as obras de adaptação e reforma do Palácio do Buriti, sejam aplicados pela prefeitura municipal de Anápolis, para reequipamento, modernização e ampliação de postos de saúde. Santillo sugere, também, na mesma emenda, dos milhões da verba orçada para reequipamento dos órgãos da Secretaria de Finanças que possibilitariam o reaparelhamento de escolas no município de Corumbá de Goiás.

Em sua última emenda, Santillo reduz as verbas referentes aos itens 11, 12 e 13 do Fundefe e sugere o aumento de vinte para sessenta milhões de cruzeiros no item 20, do Fundefe que prevê execução de obras de pavimentação na região geoeconômica de Brasília.

JUSTIFICATIVA

As alterações na aplicação dos recursos do Fundefe ora sugere-

das, segundo explica Henrique Santillo, pretendem a canalização de pelo menos dez por cento do montante do Fundo para a região geoeconômica de Brasília, com a finalidade de integrar, conforme observa, "extensas áreas da Capital Federal".

Prossegue o senador, lembrando que a "geoeconômica" constituída por importantes fornecedores de alimentos que atendem à demanda cada vez crescente do DF, ainda dependente de outros centros produtores mais distantes no Sudeste e Nordeste do país.

Para o parlamentar, o desenvolvimento da região geoeconômica do DF também implicaria na própria segurança da Capital, «que se vê surpreendida com a migração de seus vizinhos». Ele atenta que o Fundefe não foi criado apenas para promover a execução de obras na área do Distrito Federal, mas também estimular o desenvolvimento de uma área constituída por 150 municípios. «Todavia, o que se tem verificado é um completo desvirtuamento desse Fundo de Desenvolvimento, que acabou por transformar-se em simples fonte de recursos financeiros para obras

quase sempre não prioritárias do próprio Distrito Federal».

GDF

O secretário Renan Ávila Duarte responde que a administração não está alheia aos problemas da região geoeconômica de Brasília, mas que os recursos do Fundefe, atualmente, são insuficientes para promover o equilíbrio socio-econômico da região. Os recursos do Fundefe, conforme explica o secretário, vêm sendo absorvidos para remediar os problemas presentes na Capital, decorrentes de seu crescimento demográfico. «Brasília já conta com mais de um milhão e duzentos mil habitantes, quando a previsão era para apenas quinhentos mil», observa.

O secretário não concorda que a aplicação de oitenta milhões de cruzeiros para as obras do Buriti e do estádio Presidente Médici esteja preterindo as reivindicações salariais do funcionalismo. Para ele, evitar que o estádio caia é uma medida administrativa acertada, assim como a reforma do Buriti.

CONVENIO

Diante da impossibilidade do Fundefe fazer frente aos problemas e de direcionar o crescimento para a região geoeconômica

de Brasília, Renan Duarte apresenta, como solução, recente convênio firmado entre o GDF e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que prevê recursos de quatro bilhões de cruzeiros para programas de desenvolvimento nos 130 municípios goianos, 11 mineiros e nas 9 regiões do DF.

Ele analisa que, com a edição de uma Capital num «ermo demográfico», como era o Planalto, os problemas da concentração eram de difícil previsão. Mas a inversão do crescimento configurava-se em uma das principais metas do governo que, entre outras, carrega a função de preservar e garantir o funcionamento de Brasília como Capital da República. Para isso, já foi iniciado, segundo Renan, um levantamento das potencialidades dos municípios de Unai, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo e Cristalina que ofereçam subsídios para a elaboração dos programas, de acordo com os recursos da região e de acordo com suas prioridades.

O secretário entende que a aplicação do montante do BNDF promova o «enxugamento» do quadrilátero do DF e que, quando alcançado o equilíbrio de desenvolvimento desses municípios».